

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024

Sumário

- ✓ **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**
- ✓ **Balancos Patrimoniais**
- ✓ **Demonstrações do Resultado**
- ✓ **Demonstrações do Resultado Abrangente**
- ✓ **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- ✓ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
- ✓ **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da **ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Limitação na avaliação de impairment sobre o valor do contas a receber

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5(a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado na rubrica “Contas a receber”, no ativo circulante, o montante de R\$ 7.446, referente a valores a receber junto ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegre (“Grêmio”), relativos aos excedentes de sócios da cessão onerosa de cadeiras. O Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros estabelece que a entidade deve reduzir diretamente o valor contábil bruto de ativo financeiro quando a entidade não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. Entretanto, a Companhia não nos apresentou evidências apropriadas e suficientes sobre a recuperabilidade dos referidos ativos. Desta forma, não pudemos nos assegurar sobre a realização desse saldo registrado na rubrica “Contas a receber”, bem como determinar eventuais efeitos no resultado do exercício.

Limitações na avaliação de impairment sobre o ativo intangível – Direito de exploração e o ativo fiscal diferido

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 9 e 17, a Companhia revisou a projeção de fluxos de caixa para os próximos 9 anos, tempo remanescente do contrato da escritura de superfície. O Estudo de Avaliação Econômico-financeira avalia o valor recuperável das Rubricas “Ativo intangível – Direito de exploração” e “Ativo fiscal diferido”, registrados nos montantes de R\$ 123.056 e R\$

92.909, respectivamente, conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos e entende que esses ativos serão recuperados pelos seus valores em uso baseados em premissas macroeconômicas. Em função das limitações decorrentes dessas projeções econômicas e financeiras que empregam premissas as quais não estão exclusivamente sob controle da Companhia e, historicamente, não tem se materializado, não é possível concluir sobre a análise de impairment apresentada para esses saldos registrados nas Rubricas “Ativo intangível – Direito de exploração” e “Ativo fiscal diferido”, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Arena Porto-Alegrense S.A. em 31 de dezembro de 2024.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em 2015, a geração de caixa da Companhia não foi suficiente para a liquidação do serviço da dívida vencida em 15 de dezembro de 2015. Desta forma, o saldo dos financiamentos, naquela data, foi considerado vencido antecipadamente e reclassificado para o passivo circulante, bem como foram executadas as receitas da Companhia que haviam sido cedidas fiduciariamente como garantia do financiamento da obra da arena, contratado com agentes repassadores de financiamento do BNDES, o que levou o Grêmio a interpor agravo de instrumento, no qual, por meio de liminar concedida em favor da Companhia, foi assegurado que as receitas cedidas fiduciariamente, também como garantia do financiamento, fossem destinadas, prioritariamente, à manutenção da operação da Companhia e, por conseguinte, de forma residual, ao serviço da dívida do referido financiamento. Consequentemente, a liquidez da Companhia foi significativamente afetada, apresentando capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 331.526. Além disso, a Companhia apresentou sucessivos prejuízos, apurando, em 31 de dezembro de 2024, prejuízo do exercício de R\$ 33.352 e prejuízos acumulados de R\$ 664.901. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto à classificação de valores passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A continuidade operacional da Companhia depende da manutenção da referida liminar e do sucesso das medidas que a administração vem tomando, também descritas na Nota Explicativa nº 1, com o objetivo de gerar recursos suficientes para honrar seus compromissos operacionais e financeiros. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Ênfases

Acordo global – Órgãos públicos (processo de investigações em andamento)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, o Grupo METHA, por meio da METHA S.A., assinou acordos com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.257 (um bilhão, novecentos e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil reais) e R\$ 310.174 (trezentos e dez milhões, cento e setenta e quatro mil reais), como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de junho de 2025.

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP 005977/O-9
CVM N° 7307



GUILHERME ROCHA CASTRO SOARES
CRC N° 1SP 290.834/O-4

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	157	1.346
Contas a receber	5	16.618	29.636
Estoques		100	101
Tributos com compensação diferida	6	3.196	3.196
Impostos a recuperar		420	369
Despesas antecipadas		7	21
Outros ativos		5.493	840
		25.991	35.509
Não circulante			
Tributos com compensação diferida	6	25.571	28.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	92.909	98.547
Contas a receber	5	39.465	41.530
Partes relacionadas	7	59.862	49.655
Outros ativos		1.599	1.564
Imobilizado	8	1.762	1.132
Intangível	9	123.056	136.650
		344.224	357.845
Total do ativo		370.215	393.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		5.069	4.383
Obrigações trabalhistas		1.284	831
Tributos e contribuições a recolher		2.953	3.639
Empréstimos e financiamentos	10	344.759	335.278
Receita diferida	11	972	1.132
Outros passivos		2.480	1.501
		357.517	346.764
Não circulante			
Receita diferida	11	1.258	1.160
Tributos e contribuições a recolher		3.054	8.457
Provisão para riscos processuais	12	11.911	7.146
		16.223	16.763
Passivo a descoberto			
Capital social	13	661.376	661.376
Prejuízos acumulados		(664.901)	(631.549)
		(3.525)	29.827
Total do passivo e passivo a descoberto		370.215	393.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	14	51.218	83.350 (52.069)
Custos dos serviços prestados	15	(36.600)	()
Lucro bruto		14.618	31.281
Despesas operacionais			
Comerciais	15	(1.951)	(1.481)
Gerais e administrativas	15	(33.351)	(21.182)
		(35.302)	(22.663)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos		(20.684)	8.618
Receitas financeiras	16	1.995	3.927 (32.159)
Despesas financeiras	16	(14.663)	()
Resultado financeiro, líquido	16	(12.668)	(28.232)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(33.352)	(19.614)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-
Prejuízo do exercício		(33.352)	(19.614)
Ações ordinárias - lotes de mil		661.376	661.376
Prejuízo por ação - R\$		(0,05)	(0,03)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(33.352)</u>	<u>(19.614)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(33.352)</u></u>	<u><u>(19.614)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	661.376	(611.935)	49.441
Prejuízo do exercício	-	(19.614)	(19.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>661.376</u>	<u>(631.549)</u>	<u>29.827</u>
Prejuízo do exercício	-	(33.352)	(33.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>661.376</u>	<u>(664.901)</u>	<u>(3.525)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		(33.352)	(19.614)
Ajustes para reconciliação:			
Depreciações e amortizações	8 e 9	13.750	14.000
Valor residual do intantível baixado	9	17.457	143
Atualização do contas a receber com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre	5	(4.365)	(3.990)
Atualização monetária e AVP da remuneração fixa direito de exploração	5	6.430	5.594
Provisão para participação nos resultados		-	(1.000)
Atualização de partes relacionadas		-	(1.811)
Provisões para riscos processuais	12	4.765	(145)
Valor residual do imobilizado baixado		-	866
Juros apropriados	10	9.481	27.538
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	5	13.018	(20.542)
Estoque		1	1-
Tributos com compensação diferida	6 e 17	8.834	3.196
Tributos a recuperar		(51)	(22)
Despesas antecipadas		14	88
Outros ativos		(4.688)	(115)
Contas a receber partes relacionadas	7	(10.207)	(6.923)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		686	2.989
Tributos e contribuições a recolher e obrigações trabalhistas		(5.636)	646
Receita diferida		(62)	733
Outros passivos		979	61
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		17.054	1.693
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira		(16)	-
Aquisição de ativo imobilizado	8	(658)	(179)
Aquisição de ativo intangível	9	(17.585)	(1.005)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(18.259)	(1.184)
Aumento líquido (diminuição líquida) no caixa e equivalentes de caixa		(1.205)	509
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.346	837
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	141	1.346
Aumento líquido (diminuição líquida) no caixa e equivalentes de caixa		(1.205)	509

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Arena Porto-Alegrense (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, pertencente ao Grupo METHA (atual denominação do Grupo OAS), fundada em 4 de fevereiro de 2009, com sede na Avenida Padre Leopoldo Brentano, nº 110, bairro Humaitá, na Cidade de Porto Alegre – RS.

A Companhia tem como atividade econômica principal a gestão de instalações de esportes e por objeto social: (i) serviços de engenharia; (ii) compra e venda de imóveis próprios; (iii) aluguel de imóveis próprios; (iv) corretagem no aluguel de imóveis; (v) gestão e administração da propriedade imobiliária; (vi) gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; (vii) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; (viii) casas de festas e eventos; (ix) comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (x) comércio varejista de bebidas; (xi) comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; (xii) estacionamento de veículos; (xiii) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação, e (xiv) outras sociedades de participação, exceto holdings.

Em 18 de dezembro de 2008 a Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial (atual denominação da Construtora OAS S.A. – Em Recuperação Judicial) (“Construtora COESA”), firmou contrato com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (“Grêmio”), para a prestação de serviços de construção de um novo estádio de futebol (“Arena Grêmio”) no Bairro Humaitá, tendo como contrapartida, o direito de exploração da superfície da Arena Grêmio por 20 anos, através da Companhia, nos termos definidos na Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças firmada entre as partes em 08 de dezembro de 2011.

Para assegurar o financiamento necessário à construção da Arena, a Companhia firmou em 16 de dezembro de 2011 o CAC - Contrato de Abertura de Crédito para financiamento, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, junto aos bancos repassadores Santander, Banco do Brasil e Banrisul, no valor de R\$ 210 milhões a serem amortizados no prazo de 10 anos.

O evento inaugural da Companhia data de 08 de dezembro de 2012, quando tem início a sua atividade operacional. Durante o primeiro semestre de 2013 a Companhia e o Grêmio chegaram a um acordo com relação à repactuação de determinados termos e condições dos contratos originalmente firmados, que foram formalizados por meio de Memorando de Entendimentos, firmado em 11 de junho de 2013. De forma a ratificar o conteúdo do Memorando de Entendimentos, em 29 de maio de 2014, a Companhia firmou com o Grêmio, o Terceiro Aditivo ao Contrato Atípico para Aquisição de Imóveis, Assunção de Obrigação de Construção e Outras Avenças (“Terceiro Aditivo”), que estendeu o prazo inicial para a exploração do direito de superfície, prorrogando de 01 de janeiro de 2013 para 01 de janeiro de 2014.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Assim, a Companhia passou a ter direito de exploração da superfície da Arena do Grêmio por 20 anos, contados a partir de janeiro de 2014 e, em contrapartida, pagará ao Grêmio um preço fixo devido a partir de janeiro de 2021 e um preço variável correspondente a 65% do Lucro Líquido Ajustado (“LLA”) da Companhia, em cada exercício social, a partir de 2014 e até o término do direito de exploração de superfície. Em caso de LLA negativo, o Grêmio terá participação de 50% deste resultado em cada exercício social, observando os mecanismos e limites de compensação previstos no Terceiro Aditivo.

Desde 2013, a Companhia está focada na busca de melhoria de sua performance operacional e de geração de caixa e otimizou sua estrutura na busca da redução da demanda de aportes pelo Grupo METHA para a cobertura de suas despesas operacionais e do serviço da dívida.

De janeiro a maio de 2015 houve aportes de capital pelo Grupo Metha no valor de R\$ 15.797 para suportar as necessidades de caixa de curto prazo da Companhia, demandados principalmente devido a sazonalidade dos ingressos de caixa que varia diretamente de acordo com a quantidade e com a renda dos jogos. Em função desta característica do negócio e do cenário de Recuperação Judicial do Acionista, no mês de abril de 2015, não foi possível a liquidação integral do serviço da dívida, acarretando na execução de uma das garantias do financiamento. Em maio de 2015, foi honrada a fiança bancária contratada junto ao Banco Bradesco para pagamento do saldo da parcela de abril, das parcelas de maio e junho de 2015 e pré-pagamento de principal vincendo. Desde junho de 2015, a Companhia opera com recursos próprios.

Em dezembro de 2015, em razão de decisão judicial proferida em sede de agravo de instrumento interposto pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, foi assegurado que as receitas cedidas, fiduciariamente, também como garantia do financiamento, fossem destinadas, prioritariamente, à manutenção da operação e, por conseguinte, de forma residual, ao serviço da dívida, conforme disposto na Cláusula Quinta, IV, “a”, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, contrato suporte ao CAC firmado com os agentes repassadores do financiamento do BNDES.

Em decorrência do cumprimento da referida liminar visando ao atendimento das demandas operacionais da Companhia, restou o inadimplemento da parcela do serviço da dívida devida em 15 de dezembro de 2015. A dívida foi então considerada vencida antecipadamente pela Companhia e conseqüentemente classificada no passivo circulante.

1.1. Acordos com órgãos públicos firmados pela METHA S.A. – Acordo de Leniência

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Nesse acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar, integralmente, o valor de R\$ 1.929.257, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo, está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Até 31 de dezembro de 2024, a Construtora COESA celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic.

As obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA S.A.

1.2. Recuperação Judicial da METHA S.A. (“METHA”) e determinadas controladas

Em 17 de outubro de 2023, a Metha e determinadas controladas, a saber: Certha Investimentos S.A., E2 Arenas S.A., KPE Performance em Engenharia S.A., Megha Infraestrutura S.A., Alpha 3 Participações S.A., G.O. Participações S.A., e OAS Restructuring (BVI), em conjunto doravante denominadas “Companhias em recuperação”, em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades, (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; ajuizaram, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 8139252-58.2023.8.05.0001, em conjunto, nos termos da Lei de Recuperação Judicial.

As Companhias em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender, de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial), a EXM Partners Assessoria Empresarial LTDA., e determinando-se, ainda, a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores, por 180 (cento e oitenta) dias.

Em 05 de janeiro de 2024, as Companhias em recuperação protocolaram o Plano de Recuperação Judicial no qual foram apresentados os termos e condições para reestruturação da dívida, juntamente com o Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos. O Plano de Recuperação levou em consideração a atual capacidade de geração de caixa das empresas do grupo para honrar o passivo renegociado.

Em 21 de junho de 2024, foi concedida a prorrogação do stay period, período no qual há a suspensão das ações de execuções em face das Companhias em recuperação, por um prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias. Em 18 de dezembro de 2024, foi concedida a nova prorrogação por mais 90 (noventa) dias.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nos termos do artigo 56 da Lei de Recuperação Judicial, foi convocada Assembleia Geral de Credores (“AGC”) para deliberar sobre o Plano de Recuperação Judicial. A primeira convocação foi designada para o dia 15 de abril de 2025, e, diante da ausência de quórum, realizou-se a segunda convocação no dia 24 de abril de 2025. Na referida AGC, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelas respectivas classes de credores, nos termos exigidos pela legislação aplicável, e atualmente aguarda homologação pelo Juízo da recuperação judicial.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária (Lei 11.638/07 e 6.404/76) e pelos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis em 04 de junho de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em informações históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2.5. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- **Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante:**

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguros**

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9**

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**

Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis**

Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação**

Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

3.3. Imobilizado

Encontra-se registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4. Intangível

Refere-se ao valor do direito de exploração decorrente do contrato firmado com o Grêmio, registrado ao custo de construção do novo estádio e acrescido da margem de construção.

Em função das características desse contrato apresentarem semelhança significativa com as características das transações mencionadas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia estabeleceu suas políticas contábeis para registro do contrato de direito de exploração baseada na referida interpretação. O ativo intangível está sendo amortizado de forma linear, a partir de janeiro de 2013, em um prazo de 252 meses (equivalente ao prazo de concessão).

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.5. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros “*impairment*”

No final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos de vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados, são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável, é reconhecida imediatamente no resultado. A política contábil descrita segue o pronunciamento contábil - CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“*impairment*”).

3.6. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

3.7. Remuneração fixa pelo direito de exploração do imóvel

Refere-se ao valor a ser pago ao Grêmio a título de remuneração pelo uso da superfície onde está localizado o imóvel Arena Grêmio. Conforme previsão contratual, os valores serão atualizados pelo IPCA. O saldo é apresentado no ativo não circulante, na rubrica Contas a receber, e as parcelas foram ajustadas a valor presente de acordo com o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (AVP).

De acordo com o Terceiro Aditivo, a compensação com o preço fixo, está limitada a parcela de 50% dos resultados negativos da operação da Arena com base no Lucro Líquido Ajustado em cada exercício social, até o término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, desta forma, a compensação com os valores mensais do preço fixo devidos ao Grêmio, estará limitada ao período de janeiro de 2021 à dezembro de 2028.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.8. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros são classificados como: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (VJR). A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

(a) Ativos financeiros - Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados, são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia classifica nesta categoria, o saldo de caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5), partes relacionadas (nota explicativa nº 7) e outros ativos circulantes e não circulantes.

(c) Ativos financeiros ao valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro passível de ser classificado nesta categoria.

(d) Ativos financeiros ao valor justo registrado por meio do resultado do exercício (VJR)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

A Companhia classifica como instrumento financeiro ao VJR o contas a receber do Grêmio (nota explicativa nº 5 (c)).

(e) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(f) Passivos financeiros ao custo amortizado

A Companhia classifica como passivo financeiro ao custo amortizado o saldo fornecedores, empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 10) e outros passivos.

(g) Passivos financeiros ao valor justo registrado por meio do resultado do exercício (VJR)

A Companhia classifica como passivo financeiro ao VJR a remuneração fixa pelo direito de exploração (nota explicativa nº 5 (d)).

(h) Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo não transfere, tampouco, mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(i) Desreconhecimento de passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(j) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(k) “Impairment” de ativos financeiros

Os ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada exercício, para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estar deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “*impairment*” são incorridos, somente se há evidência objetiva de “*impairment*” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda, tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de “*impairment*”. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*impairment*” incluem:

- (i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (v)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração de resultado. Se um ativo financeiro possuir uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “*impairment*” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “*impairment*” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “*impairment*” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “*impairment*” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por “*impairment*” reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração de resultado.

3.9. Tributação

Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda (“IR”) e a Contribuição Social (“CS”). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a CS é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10. Provisões

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Receita de venda de ingressos e patrocínios

A receita compreende o valor proveniente da venda de ingressos, patrocínios e espaços de publicidade em eventos organizados pela Companhia.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Receita diferida

As receitas de serviços faturados e não realizados são contabilizadas na conta de receita diferida, e serão registradas no resultado da Companhia, com base no valor contratual, de forma que as receitas contraponham os custos da prestação do serviço, em sua correta competência.

3.11. Custo de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.12. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade total de ações em circulação no exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos		
Caixa	26	33
Bancos	115	1.313
	141	1.346
	2024	2023
Aplicação financeira	16	-
	16	-

5. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão compostas da seguinte forma:

	2024	2023
Circulante		
Grêmio Foot-Ball Porto Alegre (a)	9.171	8.251
Camarotes, cadeiras e ingressos	7.125	20.572
Aluguel de espaços	355	629
Outros	106	323
(-) PECLD (b)	(139)	(139)
	16.618	29.636
Não circulante		
Grêmio Foot-Ball Porto Alegre (c)	94.707	90.342
Remuneração fixa pelo direito de exploração (d)	(55.242)	(48.812)
	39.465	41.530
	56.083	71.166
	2024	2023
Aging List		
A vencer	4.057	5.186
Vencidos de 0 a 30 dias	1.907	5.926
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	528	1.851
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	273	3.597
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	59	2.919
Títulos vencidos de 121 a 180 dias	138	897
Títulos vencidos há mais de 181 dias	9.656	9.260
	16.618	29.636

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(a) Em razão dos ajustes contratuais do Terceiro Aditivo, ficou acordado que na hipótese do número de associados ultrapassar o número atingido até dezembro de 2012, o Grêmio se obrigará a repassar para a Companhia, valores relativos ao excedente verificado em cada período. O saldo excedente contabilizado até 2021 era de R\$ 7.446, sendo que no entendimento da Arena ainda há outros valores a receber pendentes de alinhamento com o Grêmio;

(b) A provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), é constituída com base na análise individual de cada cliente considerando as prováveis perdas com os créditos em aberto e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas;

(c) O saldo histórico de contas a receber com o Grêmio ("Dívida 2013") compreende:

(i) R\$ 3.000 referente ao ressarcimento de parte dos custos incorridos no evento de inauguração da Arena em dezembro de 2012;

(ii) R\$ 10.000 referente ao adiantamento de valores da parcela fixa efetuado no mês de janeiro de 2013;

(iii) R\$ 1.500 referente ao adiantamento realizado ao Grêmio em junho de 2014 para as obras do Memorial do Grêmio; R\$ 2.500 adiantado para projeto de interiores; e R\$ 8.000 adiantados ao Centro de Treinamento Profissional Humaitá.

O montante corrigido, monetariamente, por IPCA ao final do exercício de 2024, é de R\$ 94.707 (R\$ 90.342 em 2023). Está previsto no Terceiro Aditivo a compensação dos valores atualizados da Dívida 2013 com as comissões imobiliárias. Além disso, a Dívida 2013 também é compensável com o preço variável e a remuneração fixa pelo direito de exploração devida ao Grêmio conforme divulgado na nota explicativa nº 5(d).

(d) Remuneração fixa pelo direito de exploração

Conforme contratado entre as partes, a Companhia se obriga a pagar ao Grêmio uma remuneração fixa pelo direito de exploração da Arena no valor mensal de R\$ 583 em 156 parcelas mensais, a partir do mês de janeiro de 2021. A remuneração fixa será reajustada pelo IPCA calculado pelo IBGE acumulado entre o mês de dezembro de 2008 e a data de início de pagamento das parcelas mensais, em janeiro de 2021, essas parcelas mensais serão compensadas com o saldo a receber do Grêmio conforme descrito na Nota Explicativa nº 5(c).

Seguindo as orientações contidas no OCPC-05, a "outorga fixa" foi reconhecida e ajustada a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto de 11,03% a.a. até 31 de dezembro de 2013. Durante o exercício de 2014, o cálculo da outorga fixa foi revisado e a taxa de desconto foi alterada para 0,64% a.m., que é a taxa definida no Terceiro Aditivo Contratual para a compensação das parcelas futuras de preço fixo.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo a valor presente da outorga é de R\$ 55.242 e R\$ 48.812, respectivamente. O efeito líquido da variação monetária e AVP registrados no resultado financeiro no exercício de 2024 foi de R\$ 6.429 (R\$ 5.594 em 2023) devedor.

O saldo do AVP contempla os valores compensados do Lucro Líquido Ajustado ("LLA") negativo da Companhia, em cada exercício social de 2014 até 2020 referentes à participação do Grêmio nos resultados, observado os limites definidos no Terceiro aditivo, sendo a contrapartida, o preço fixo devido ao mesmo a partir de janeiro de 2021 até dezembro de 2028.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

6. Tributos com compensação diferida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
COFINS	23.635	26.262
PIS	5.132	5.701
	<u>28.767</u>	<u>31.963</u>
Circulante	3.196	3.196
Não circulante	25.571	28.767

O PIS e a COFINS com compensação diferida referem-se aos créditos calculados sobre os custos de construção relativos à formação do ativo intangível, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, podendo estes, após esse prazo, ser compensados com tributos de mesma natureza.

7. Partes relacionadas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos e transações com a controladora e ligadas:		
SMART Arenas Gestão de Instalações Esportivas	59.862	49.655
	<u>59.862</u>	<u>49.655</u>

O contas a receber de R\$ 59.862 em 2024 (R\$ 49.655 em 2023) refere-se a remessas à controladora e coligadas.

Visando um melhor gerenciamento de caixa e uma eficiente alocação de recursos, em 30 de junho de 2023 foi firmado o Contrato de Conta Corrente e Outras Avenças entre a Metha S.A. e suas empresas ligadas/controladas.

As despesas referentes à remuneração fixa do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 3.136 durante o exercício de 2024 (R\$ 3.349 em 2023). Os valores informados são brutos, ou seja, considera-se verbas salariais e encargos trabalhistas.

Com relação a remuneração variável, o valor das despesas em 2024 foi de R\$ 2.460 (R\$ 3.018 em 2023, referente ao período de 2020, 2021 e 2022). Da mesma forma que a remuneração fixa, os valores informados são brutos, ou seja, considera encargos trabalhistas.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

8. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
- Reapresentado	2.508	1.013	386	5.564	9.471
Adições	-	-	-	179	179
Baixas	-	-	-	(866)	(866)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.508	1.013	386	4.877	8.784
Adições	-	-	-	658	658
Baixas	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.508	1.013	383	5.535	9.439
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
- Reapresentado	(2.399)	(930)	(358)	(3.604)	(7.291)
Depreciações	(3)	(31)	-	(327)	(361)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(2.402)	(961)	(358)	(3.931)	(7.652)
Depreciações	(1)	(8)	3	(19)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.403)	(969)	(355)	(3.950)	(7.677)
Valor contabilizado líquido:					
31 de dezembro de 2023	106	52	28	946	1.132
31 de dezembro de 2024	105	43	28	1.585	1.762
Taxa de depreciação:	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	10% a.a.	-

9. Intangível

O direito de exploração representa os custos de construção incorridos na formação do ativo intangível da Arena, acrescidos da margem de construção de 3% na prestação dos serviços de gerenciamento da obra.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma linear em prazo de 252 meses, contados a partir de janeiro de 2013 até o final do direito de exploração da superfície, em dezembro de 2033:

	2024			2023	
	Custo	Amortização acumulada	Provisão para redução ao valor recuperável do ativo ("impairment")	Saldo líquido	Saldo líquido
Software	2.826	(2.422)	-	404	370
Direito de Exploração	716.835	(235.025)	(360.960)	120.850	134.337
Outros	2.810	(1.008)	-	1.802	1.943
	722.471	(238.455)	(360.960)	123.056	136.650

A Administração da Companhia analisou a projeção dos fluxos de caixa para os próximos 9 anos, tempo remanescente do contrato da escritura de superfície. O Estudo de Avaliação Econômico-Financeira objetiva uma avaliação concisa do valor recuperável do "Ativo intangível – Direito de exploração", conforme determina o pronunciamento contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração, premissas macroeconômicas e taxa de desconto calculada pelo custo médio ponderado de capital.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, provisão para redução ao valor recuperável de seu ativo intangível (“*impairment*”) no montante de R\$ 360.960, registrada em exercícios anteriores, na conta “Provisão para redução ao valor recuperável do ativo”.

A seguir estão demonstradas as movimentações no ativo intangível:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	136.650	149.427
(+) Adições	17.618	1.005
(-) Baixas	(17.491)	(143)
(-) Amortização	(13.721)	(13.639)
Saldo final	<u>123.056</u>	<u>136.650</u>

10. Empréstimos e financiamentos

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Financiamento para construção (a)	IPCA* + Taxa Legal (Judicial)	<u>344.759</u>	<u>335.278</u>
		344.759	335.278

(a) Refere-se à linha de financiamento obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo como agentes repassadores o Banco Santander, o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para construção da Arena. O saldo devedor foi ajustado em 30 de abril de 2022, conforme demanda judicial protocolada pelos bancos repassadores. Os encargos financeiros a partir dessa data, serão os mesmos utilizados na correção de débitos judiciais.

Em 15 de abril de 2024, o Banco Santander titular de 1/3 dos direitos creditórios cedeu a integralidade de seus créditos do financiamento à Integritate Participações que por sua vez, cedeu seus direitos ao SDG II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC SDG II). Em paralelo, o Banco do Brasil também titular de 1/3 dos direitos creditórios, cedeu a integralidade destes à Reag Investimentos, que igualmente os transferiu ao FIDC SDG II.

Após a aquisição de 2/3 dos direitos creditórios da Arena pelo FIDC SDG II, este por sua vez cedeu a totalidade de seus direitos à Reeve – Real Estate Venues & Entertainment Participações Ltda.

Em 11 de outubro de 2024 o Banco do Estado do Rio grande do Sul cedeu ao Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, à razão de 1/3, o crédito do saldo devedor do financiamento, bem como todos os direitos, obrigações, garantias, acessórios, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações relacionados no contrato BNDES N°12-2011.

Em decorrência do inadimplemento da parcela do serviço da dívida vencida em 15 de dezembro de 2015, o saldo foi integralmente reclassificado para o circulante, independente de notificação de vencimento antecipado, conforme disposto na Cláusula XIII do CAC firmado com os agentes repassadores do financiamento do BNDES.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

*Até 01/09/24 a correção monetária era indexada ao INPC + juros de 12% a.a.

Garantias

De acordo com a Cláusula XXII do CAC, o financiamento original concedido à Companhia possuía as seguintes garantias:

- (a) Alienação fiduciária da totalidade das ações do capital da Companhia, detidas pela CERTHA Investimentos S.A.;
- (b) Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (c) Alienação fiduciária do imóvel Arena;
- (d) Alienação fiduciária do direito real de superfície do imóvel Arena;
- (e) Fiança bancária;
- (f) Contrato de Suporte e Outras Avenças (ESA).

Das garantias originais, a fiança bancária (letra “e”) foi integralmente executada nos meses de abril, maio e junho de 2015 e os recursos cedidos fiduciariamente (letra “b”), estão sendo destinados à cobertura das despesas operacionais prioritariamente ao serviço da dívida – este de forma residual, obedecendo ao disposto na Cláusula Quinta, IV, “a”, do CAC firmado com os agentes repassadores do financiamento do BNDES.

Nos termos de cessão de créditos do Santander e Banco do Brasil para Reveen, estão previstas as seguintes garantias:

- (g) Alienação fiduciária da totalidade das ações do capital da Companhia, detidas pela CERTHA Investimentos S.A. cabendo à Reveen 2/3;
- (h) Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (i) Alienação fiduciária do imóvel Arena, limitada a 8% do saldo devedor;
- (j) Alienação fiduciária do direito real de superfície do imóvel Arena, limitada a 10% do saldo devedor;
- (k) Contrato de Suporte e Outras Avenças (ESA).

11. Receita diferida

	2024	2023
Aluguel de camarotes	1.870	2.124
Estacionamento	-	120
Aluguel de cadeiras	60	48
Patrocínio	300	-
	2.230	2.292
Circulante	972	1.132
Não circulante	1.258	1.160

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O saldo de receita diferida de longo prazo será reconhecido ao resultado dos exercícios futuros da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2025	-	160
2026	400	143
2027	143	143
2028	143	143
2029	143	143
2030 a 2032	429	428
	<u>1.258</u>	<u>1.160</u>

12. Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Com base na análise individual dos processos em andamento, e tendo como suporte a opinião de advogados, as provisões para perdas prováveis estimadas com os referidos processos estão classificadas na rubrica provisões no passivo não circulante:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cível	5.550	2.400
Trabalhista	6.361	4.746
	<u>11.911</u>	<u>7.146</u>

Processos trabalhistas: As principais reivindicações são relativas a vínculos trabalhistas, horas extras, intervalo intrajornada, adicional de insalubridade/periculosidade, danos morais e equiparação salarial.

Processos cíveis: As principais reivindicações são relativas a cobrança de serviços prestados e indenizações por danos.

A Companhia é parte em processos trabalhistas que montam a R\$ 6.406 (R\$ 8.577 em 2023), e em processos cíveis que montam a R\$ 350.947 (R\$ 345.524 em 2023), nos quais, na opinião de seus assessores jurídicos, são considerados como de perda possível e/ou de valor ilíquido e por esta razão nenhuma provisão foi constituída.

Os processos cíveis possíveis referem-se principalmente em razão do ajuizamento de dois processos de execução contra a Arena Porto-Alegrense S.A. O primeiro deles é um cumprimento de sentença que se origina de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, na qual houve a celebração de acordo relativo à realização de medidas de contrapartida pelo impacto causado pelo empreendimento Complexo Arena. Nada obstante a Arena Porto-Alegrense S.A não seja parte obrigada no acordo, o Ministério Público a colocou como Executada. O valor atribuído é de R\$ 117.523. O segundo processo de execução (suspenso até abril de 2025) é concernente ao contrato de financiamento para a construção da Arena. Dado o inadimplemento das parcelas da dívida, em abril de 2022 os bancos credores propuseram a execução, atribuindo a ela o valor de R\$ 226.398. A Arena apresentou defesa para ambos os processos.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

13. Passivo a Descoberto

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 661.376 e está representado por 661.376.497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da CERTHA Investimentos S.A.

Destinação dos lucros

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada exercício, depois de deduzidas as participações no resultado: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reservas de lucro a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas em “a”, “b” e “c” anteriores; e (e) a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve base para cálculo de dividendos.

14. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta		
Cessão onerosa de cadeiras – sócios Grêmio	18.861	20.575
Bilheteria e cadeiras	23.948	57.627
Camarotes	7.068	6.697
Locações áreas e eventos	3.688	7.499
Publicidade e patrocínios	3.253	1.248
Outras receitas	947	1.380
	57.765	95.026
(-) Impostos incidentes sobre a receita	(6.547)	(11.676)
Receita líquida	51.218	83.350

15. Custo e despesas por natureza e função

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos	(36.600)	(52.069)
Despesas comerciais	(1.951)	(1.481)
Despesas gerais e administrativas	(33.351)	(21.182)
	(71.902)	(74.732)
Depreciações e amortizações	(13.750)	(13.999)
Pessoal	(12.260)	(11.222)
Custos fixos	(8.457)	(11.830)
Eventos/Jogos	(14.394)	(26.240)
Serviços de terceiros	(13.380)	(9.436)
Outras despesas	(9.661)	(2.005)
	(71.902)	(74.732)

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

As perdas com sinistro causado pelas enchentes que atingiram a Arena em maio de 2024, estão refletidas na rubrica Outras Despesas.

16. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	72	103
	4.16	
Atualização do contas a receber	2	3.805
Ajuste valor presente da remuneração fixa pelo direito de exploração	(2.25)	(1.777)
	5)	
Outras receitas/despesas	16	1.796
	<u>1.99</u>	
	5	3.927
 Despesas financeiras		
	(9.48	
Juros sobre financiamentos (a)	1)	(27.538)
Atualização da remuneração fixa pelo direito de exploração	(4.17	
	5)	(3.817)
	(1.00	
Outras despesas	7)	(804)
	<u>(14.6</u>	
	63)	(32.159)
	<u>(12.6</u>	
	68)	(28.232)

- (a) Os juros sobre financiamentos foram impactados pelos encargos do contrato de financiamento CAC - BNDES, conforme Nota Explicativa nº 10, adequados à posição dos bancos repassadores e demanda judicial.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL") diferidos, são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos é 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(30.729)	(22.368)
Diferenças temporárias ativas (a)	127.265	125.645
Diferenças temporárias passivas (b)	(3.627)	(4.730)
	<u>92.909</u>	<u>98.547</u>

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(a) Ativo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias sobre as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e da provisão para redução ao valor recuperável do ativo “impairment”;

(b) Passivo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias, principalmente sobre a margem de construção.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo de abertura	98.547	98.547
IRPJ/CSLL diferidos apropriados	(5.638)	-
Saldo de fechamento	<u>92.909</u>	<u>98.547</u>

A Companhia apurou os impostos devidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 pela sistemática do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.352)	(19.614)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL conforme alíquota nominal	11.340	6.669
Impostos diferidos do exercício não reconhecidos no exercício	(11.303)	(5.356)
Diferenças permanentes	(37)	(1.313)
Correntes	-	-
Diferidos	-	-

Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Administração da Companhia revisou a projeção dos fluxos de caixa para os próximos 9 anos, tempo remanescente do contrato da escritura de superfície, atualizando o Estudo de Avaliação Econômico-Financeira para obter uma avaliação concisa do valor recuperável do “Ativo fiscal diferido”, conforme determina o pronunciamento contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos.

Baseado no plano orçamentário, a expectativa da Administração é de que o saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo em 31 de dezembro de 2024, será parcialmente compensado até 2033. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios. Essas premissas são revisadas periodicamente pela Administração.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas internas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O fluxo de caixa é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos necessários para garantir a cobertura de seus compromissos operacionais e financeiros. O risco de liquidez vem sendo mitigado com o cumprimento da decisão judicial, referida na nota explicativa nº 1 acima, que reconheceu a obrigatoriedade dos bancos repassadores respeitarem a senioridade da manutenção da operação em relação ao pagamento do financiamento.

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores a receber de seus clientes.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, requer recebimento antecipado apenas para clientes considerados de alto risco. A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros.

Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis:

	Hierarquia de Valor Justo	2024	
		Contábil	Mercado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1	157	157
Contas a receber de clientes	1	16.618	16.618
Contas a receber Grêmio	2	39.465	39.465
Partes relacionadas	2	59.862	59.862
Outros ativos	2	7.092	7.092
		123.194	123.194

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Passivos financeiros			
Fornecedores	1	5.069	5.069
Empréstimos e financiamentos	1	344.759	344.759
Outros passivos	1	2.480	2.480
		<u>352.308</u>	<u>352.308</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado;
- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco

do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo;

- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, remuneração fixa pelo direito de exploração do imóvel, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, foi definido considerando as taxas contratuais/judiciais.

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** Preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

19. Cobertura de seguros

A Companhia busca coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes:

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Coberturas	Importâncias seguradas 2024 (*)	Importâncias seguradas 2023
Riscos operacionais (incêndio, alagamento e danos)	768.828	765.488
Responsabilidade civil geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil admin. e diretores	15.000	15.000
Responsabilidade financeira fornecedor	495	427

- (*) Apólice de riscos operacionais vigente para o período compreendido entre 04/01/2024 e 04/01/2025.
Apólice de responsabilidade civil geral vigente para o período compreendido entre 04/01/2024 e 04/01/2025.
Apólice de responsabilidade civil administradores e diretores vigente para o período compreendido entre 17/03/2024 e 17/03/2025.
Apólice de responsabilidade financeira fornecedor vigente para o período compreendido entre 31/01/2024 e 31/01/2025.

20. Sinistro e Indenização Securitária – Enchente em Porto Alegre - RS

Em maio de 2024, as operações da Companhia foram severamente impactadas pelas inundações que atingiram a cidade de Porto Alegre/RS. Como consequência direta do evento climático extremo, diversos bens do ativo da Companhia foram danificados ou tornaram-se inutilizáveis, exigindo sua baixa contábil conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

A baixa dos ativos sinistrados foi efetuada com base nos respectivos valores contábeis líquidos (custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada), totalizando R\$ 8.381. A contrapartida foi registrada no resultado do exercício, na rubrica “Perdas com sinistro”.

A Companhia possui apólice de seguro vigente, firmada com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A., a qual contempla cobertura para danos patrimoniais emergentes e lucros cessantes decorrentes de eventos naturais. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, foram recebidos R\$ 28.000 a título de indenização parcial, correspondentes à reposição de parte dos bens danificados. Esse montante foi registrado no resultado do exercício, compensando, parcialmente, as perdas contabilizadas.

Os valores recebidos referem-se, exclusivamente, à recomposição patrimonial (danos emergentes) e não representam acréscimos patrimoniais, estando totalmente vinculados à substituição de ativos perdidos.

O valor total da indenização de danos materiais a ser recebida ainda está em apuração conjunta com a seguradora, sendo estimado em aproximadamente R\$ 47.000, conforme laudos técnicos preliminares e documentos comprobatórios apresentados.

Os valores a serem recebidos a título de lucros cessantes serão registrados em momento futuro, com a devida segregação contábil e tributária, conforme sua natureza compensatória de receitas operacionais.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

21. Calamidade no Rio Grande do Sul

No mês de maio de 2024, a cidade de Porto Alegre foi atingida por um evento de calamidade pública de grande magnitude, resultando em significativos danos à infraestrutura, perdas econômicas, e impactos sociais. Este evento teve implicações diretas nas operações da Companhia, conforme descrito a seguir:

a) Impacto nas Operações:

A calamidade afetou diretamente as atividades em várias áreas, incluindo, mas não se limitando a:

- Danos à Infraestrutura: A enchente atingiu grande parte da estrutura física da Arena situada no nível -2, sendo que em alguns setores a água chegou a uma altura de 1,5 metros, causando danos nas instalações elétricas (subestações de alta, média e baixa tensão, casa de geração, etc.), casas de bombas (água potável, reuso, sprinklers, etc.), infraestrutura de dados (salas técnicas, cabeamento de rede, etc.), containers de bilheterias e serviços, campo de futebol (inclusive sistema de drenagem à vácuo e equipamentos de manutenção), estrutura civil da zona de competição (pisos, paredes, forros, mobiliário, etc.), piso do estacionamento, gradis, etc.

- Interrupção das atividades operacionais: Partidas de futebol, shows e outros eventos programados na Arena foram cancelados ou adiados, resultando em perda de receitas relacionadas à venda de ingressos, patrocínios e serviços associados, como locação de áreas, estacionamento, publicidade.

A Arena ficou 126 dias sem atividades, aguardando condições mínimas para a retomada parcial das operações e trabalhando arduamente na reconstrução do estádio. Apesar de não poder ofertar a totalidade dos serviços aos torcedores, como por exemplo: operação de catering e sistema automatizado de bilhetagem, em setembro de 2024 realizou o primeiro jogo com capacidade de público reduzida a 12 mil torcedores.

Devido à falta de reparação no sistema elétrico, os jogos iniciais foram realizados com geradores de energia.

Embora os danos não tenham comprometido a integridade estrutural da Arena, os custos de manutenção e reparação foram significativos.

b) Acordos com as seguradoras:

A administração da Arena Porto-Alegrense acionou suas apólices de seguro (nota explicativa nº 19), para cobrir os danos materiais e as perdas operacionais resultantes da calamidade. A estimativa de indenizações está em análise, os recursos serão utilizados para cobrir os custos de reparação e a compensação por lucros cessantes.

c) Planos de Recuperação e Reabertura:

Foram adotadas medidas emergenciais visando garantir uma recuperação rápida da Arena, incluindo:

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- Reparação imediata do campo de futebol;
- Contratação de serviços de manutenção para restaurar as áreas afetadas;
- Aquisição de equipamentos e mobiliários;
- Renegociações com clientes para manter os contratos de receitas ativos;
- Negociações com parceiros e patrocinadores para a retomada dos eventos, além de reprogramação de jogos com as federações esportivas;
- Implementação de protocolos de segurança e contingência para evitar novos danos em eventuais crises climáticas.

d) Impacto nas Demonstrações Contábeis:

Os efeitos da calamidade sobre as demonstrações contábeis serão refletidos nas seguintes rubricas:

- Ativos Imobilizados e Intangíveis: Baixa do valor contábil dos ativos danificados, conforme avaliação feita pela administração e peritos independentes.
- Resultado Operacional: Reconhecimento de despesas relacionadas à recuperação de ativos e ao restabelecimento das operações.
- Fluxo de Caixa: Impacto no fluxo de caixa operacional, com aumento de desembolsos para recuperação de ativos e menor geração de caixa devido à interrupção parcial das atividades.

e) Continuidade Operacional:

Apesar dos impactos severos da calamidade, a Administração da Companhia acredita que possui capacidade financeira e operacional para superar os desafios impostos pelo evento. O plano de contingência implementado, juntamente com as medidas de recuperação em curso, permite a continuidade das suas operações.

A Administração continua monitorando os impactos da calamidade e quaisquer eventos subsequentes serão devidamente refletidos nas demonstrações contábeis dos períodos futuros.

Até a data da emissão destas demonstrações, não ocorreram novos eventos materiais que pudessem alterar significativamente as estimativas contábeis.
